



ESPAÇOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO PODER JUDICIÁRIO: Considerações sobre os atributos cognitivos socioespaciais

Cybele Saad Sabino de Freitas Faria (1)

Rosane Costa Badan (2)

(1) Universidade Federal de Goiás, Mestranda do Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade;

E-mail: cybele.saad@uol.com.br

(2) Universidade Federal de Goiás, Doutora pelo Politécnico de Milano, Itália, 2010

E-mail: rosanebadan@gmail.com

RESUMO

O presente artigo investiga como as características do ambiente construído influenciam nos processos de percepção, memória, atenção e tomada de decisões nas atividades de conciliação promovidas pelo Poder Judiciário Estadual, mais especificamente nos mutirões de conciliação. O procedimento metodológico utilizado foi a revisão bibliográfica de publicações ligadas à Cognição Ambiental e ao comportamento socioespacial humano, com ênfase nos aspectos subjetivos. O objetivo da pesquisa é o de buscar estratégias para proporcionar maior conforto e bem-estar aos usuários da Justiça Estadual de Goiás e possibilitar a incorporação dos conhecimentos adquiridos em projetos das edificações judiciárias.

Palavras-chave: Ergonomia cognitiva; cognição ambiental; comportamento sócio espacial humano;

ABSTRACT

This article investigates how environmental features built influence the processes of perception, memory, attention and decision-making in conciliation activities promoted by the State Judiciary, specifically in the reconciliation task forces. The methodological procedure used was the bibliographical review of publications related to the Environmental Cognition and human socio-spatial behavior, with emphasis on subjective aspects. The research objective is to seek strategies to provide greater comfort and well-being of users of the Goiás State Court and allow the incorporation of the knowledge acquired in projects of judicial buildings.

Keywords: cognitive ergonomics; environmental cognition; human behavior sociospatial

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No âmbito estadual, compete ao Poder Judiciário, após acionado pelas partes, a condução da resolução de conflitos, prevendo, além da aplicação das normas descritas em lei, espaços e instalações adequadas e o mobiliário necessário para a realização dos atos jurídicos. Assim, ao incorporar nas suas funções a obrigação de construir seus próprios prédios, o Poder Judiciário passou também a ser responsável por promover espaços justos (BITTENCOURT, 2013) e por criar ambientes que sejam capazes de proporcionar uma acolhida digna, demonstrando a importância da pessoa humana perante o Estado (PAGLIUCA, 2007).

A conciliação é considerada uma das alternativas mais rápidas e baratas, na esfera estadual para a Resolução de conflitos (C.N.J., 2015) e pode ser definida como uma técnica na qual as partes confiam a uma terceira pessoa, o conciliador, que atua como facilitador do acordo entre os envolvidos, criando um contexto propício ao entendimento mútuo e à aproximação de interesses além de disseminar a cultura da pacificação social (AZEVEDO, 2015).

Visando acelerar a resolução de conflitos e reduzir a taxa de congestionamento¹ processual existente no Poder Judiciário, são promovidos, dentro das Semanas Nacionais de Conciliação, os mutirões de conciliação. Na oportunidade, faz-se um esforço concentrado para solucionar o maior número possível de casos pelo método conciliatório num curto espaço de tempo.

Estes eventos têm recebido avaliações positivas por parte das autoridades judiciais pois são significativos em quantidade de conflitos solucionados. Por outro lado, os usuários ainda não foram ouvidos sobre o assunto. Não se conhece a avaliação dos espaços dos mutirões de conciliação por parte dos participantes das conciliações.

Sabe-se, porém, através de estudos da relação homem-ambiente que a conduta e as respostas sensoriais dos ocupantes dos espaços, seja ele natural ou construído, podem ser influenciados por certas características dos espaços. “A existência de consequências neuropsicológicas e neuroendocrinológicas geradas pela percepção e pelos estímulos ambientais é um fato comprovado” (DEL RIO, DUARTE & RHEINGANTZ, 2002, p.11). E ainda, através de Okamoto (2014, p. 68) sabe-se também que “a realidade não é percebida tão somente pela objetividade das características exteriores, mas também pela subjetividade [...] só temos a ideia da realidade se a influência dos sentimentos e das emoções formar o princípio das ações humanas”.

Ornstein (1995, p.133) complementa este pensamento afirmando que “longe de serem desorganizadoras, as emoções constituem o ponto focal da atividade do sistema mental. Elas governam nossas escolhas, determinam nossos objetivos e guiam nossas vidas”.

As representações, as atitudes e os sentimentos engendrados pela ocupação de um lugar e sua relação com ele são aspectos essenciais para uma análise psicológica do espaço. Os estudos

¹ A taxa de congestionamento mede a efetividade do tribunal em um período, levando-se em conta o total de casos novos que ingressaram, os casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao período base. (CNJ, 2016 – Disponível em <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/gestao-e-planejamento-do-judiciario/indicadores/486-gestao-planejamento-e-pesquisa/indicadores/13659-03-taxa-de-congestionamento>; acesso em 05/07/2016

do ambiente humano e social devem, pois, ter em conta esses fatores psicossociais, nomeadamente, quando se trata de avaliar a qualidade de um ordenamento do espaço, porque ele não pode ser reduzido às suas características materiais, sobretudo porque não se pode compreender um espaço, sem conhecer a cultura que o impregna (FISCHER, 1994).

Os elementos subjetivos atuam junto com os elementos objetivos, possuindo estreita relação de condicionamento e complementação uns com os outros. E as duas categorias devem ser consideradas para a análise de determinado espaço (SILVA & SANTOS, 2012).

Nos mutirões realizados pelo Poder Judiciário de Goiás, os espaços de conciliação, chamados de bancas de conciliação, contam com uma estrutura simples, como computador, impressora, mesa redonda e cadeiras. Contudo, sem delimitação física de espaços, com as demais bancas muito próximas umas das outras, não se oferecendo privacidade às partes e advogados de cada processo. Percebe-se um nível de ruído elevado e é grande o número de pessoas circulando próximas às bancas de conciliação, conforme se pode observar nas figuras abaixo:

Figura 01: Mutirão da Conciliação em Goiânia



Fonte: http://www.oabgo.org.br/arquivos/img1296157393495_g.jpg; acesso em 06/07/2016

Figura 02: Mutirão da Conciliação em Goiânia



Fonte: <http://diariodegoias.com.br/goiania/26629-iniciado-mutirao-para-conciliacao-de-processos-judiciais>, acesso em 06/07/2016

Importante se faz, então, para a presente análise, o conhecimento dos aspectos subjetivos do espaço que influenciam na percepção, atenção, memória e tomada de decisões dos participantes das atividades de conciliação, mais especificamente nos mutirões de conciliação promovidos pelo Poder Judiciário do Estado de Goiás.

Para proceder a investigação, baseia-se no método apresentado por Jun Okamoto (2014), no livro “Percepção Ambiental e Comportamento: Visão Holística na arquitetura e na comunicação”, chamado Matriz Arquitetônica. De acordo com o citado método, o enfoque para qualquer processo criativo deve levar em consideração o ser humano em sua totalidade objetiva e subjetiva e o espaço deve favorecer o comportamento harmonioso do homem mais do que apenas atender suas necessidades básicas, atendendo também suas aspirações e anseios espirituais ao invés de tratar os aspectos da relação homem-ambiente isoladamente.

A motivação para este estudo surgiu da constatação de que existem poucas pesquisas sobre os espaços judiciais no Brasil. Este fato apresenta como consequência a produção de soluções improvisadas e, muitas vezes, restritas à realização de pequenas intervenções ou adequações posteriores às definições dos programas de necessidades das edificações ou até mesmo após concluídas as obras. Seria muito importante conhecer a avaliação que o usuário da justiça faz dos espaços disponibilizados pelas autoridades judiciárias.

Porém, mesmo sem esse conhecimento, acredita-se que essa pesquisa pode contribuir para uma conscientização sobre o cuidado especial que se deve ter para com os usuários da justiça, ao se compreender os sentimentos envolvidos na situação de uma pessoa que precisa resolver problemas particulares em um ambiente improvisado. Justifica-se assim, a inserção do presente estudo na temática: “O futuro do trabalho aplicado ao ser humano começa hoje”.

2. SOBRE OS ELEMENTOS OBJETIVOS DO ESPAÇO

Os elementos objetivos do espaço são aqueles que garantem a integridade física humana, para que se cumpram as necessidades primárias do homem. São ligados à ideia de alívio do desconforto, podendo-se listar aspectos ligados principalmente à segurança, à adequação ambiental e à eficiência (SILVA & SANTOS, 2012).

As pesquisas que investigam o “conforto” mediante o cuidado com as condições físicas mensuráveis (como temperatura, umidade, ventilação, insolação, entre outros fatores) adequadas ao corpo humano apresentam-se, atualmente, em número bem maior do que as que consideram as condições incomensuráveis do espaço (Schmid, 2005). E assim, neste artigo aborda-se, os aspectos subjetivos que influenciam a percepção dos espaços pelos usuários.

3. SOBRE OS ELEMENTOS SUBJETIVOS DO ESPAÇO

Os elementos subjetivos relacionam-se com o que é difícil mensurar, mas é imprescindível para a sensação de bem-estar. Okamoto (2014) afirma que a maioria dos estímulos recebidos do ambiente entra para nosso inconsciente e os classifica em seis categorias, que são os sentidos de interface com a realidade, representando as portas de entrada e de saída dos estímulos e das ações que praticamos, conforme se lista abaixo:

3.1. Sentidos Perceptivos: Os Sentidos Sensoriais

Os sentidos comuns, como visão, olfato, paladar, audição e tato são largamente estudados nos compêndios da psicologia como importantes meios de compreensão e relacionamento com o meio ambiente. Entretanto, o caminho para conhecer a realidade do meio ambiente é a

participação direta e intensa do corpo / mente como um todo. “Na fase do processo cognitivo por intermédio do corpo e da mente, utilizam-se todos os sentidos, internos ou externos” (OKAMOTO, 2014, p.77).

Pallasmaa (2011) entende que toda experiência comovente com o espaço é multissensorial, apesar da inegável predileção, no pensamento ocidental, pelo sentido da visão em relação aos demais sentidos.

3.1.1. O Sentido da Visão

A percepção humana é hierarquizada de modo a priorizar as informações visuais, complementando-as com as fornecidas pelos outros sentidos. Isto levou a que a visão se transformasse no “sentido mais estruturado” do corpo humano (EMERY & RHEINGANTZ, 2011). Os olhos desejam controlar e dominar os outros sentidos (PALLASMAA, 2011).

Pallasmaa (2011) afirma que as sombras profundas e a escuridão reduzem a precisão dos olhos humanos e privilegiam o pensar com clareza, o retraimento mental e a privacidade.

A iluminação

Um dos campos importantes da investigação sobre iluminação é o estudo dos efeitos psicológicos da luz (TONELLO, 1998) e está comprovado que a iluminação interfere no ânimo das pessoas (COSTI, 2002). Tanto a iluminância excessiva da fonte de luz, que causa desconforto e provoca no usuário a redução de sua percepção (TEDESCHI, 1978) quanto os padrões uniformes da luz branca, que causam a monotonia interferem psicologicamente (Costi, 2002). Sempre que possível, variações de luz devem ser introduzidas: algumas áreas mais claras que outras, projetadas cuidadosamente (COSTI, 2002).

Pallasmaa (2011) sugere que muitos espaços públicos contemporâneos se tornariam mais agradáveis se tivessem luzes menos intensas e que a escuridão cria uma sensação de solidariedade e reforça a força da palavra falada. Segundo Costi (2002) quando os ambientes são intensamente iluminados por todos os lados, a capacidade do olho para perceber a forma dos objetos fica reduzida, dando a sensação de que eles diminuem sua solidez, podendo distrair, causar redução de visibilidade ou ambos.

A cor

Eva Heller (2013), em seu livro “A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão” revela que consultou 2.000 pessoas e o resultado de suas pesquisas demonstram que cores e sentimentos não se combinam ao acaso nem são uma questão de gosto individual. As mesmas cores estão sempre associadas a sentimentos e efeitos similares. “Não existe cor destituída de significado. A impressão causada por cada cor é determinada por seu contexto, ou seja, pelo entrelaçamento de significados em que a percebemos” (HELLER, 2013, p.18).

Cada cor pode atuar de modo diferente, dependendo da ocasião. O mesmo vermelho pode ter efeito erótico ou brutal, nobre ou vulgar. A cor verde pode atuar de modo salutar ou venenoso, ou ainda calmante. O amarelo pode ter um efeito caloroso ou irritante. “Nenhuma cor está ali sozinha, está sempre cercada de outras cores. A cada efeito intervêm várias cores – um acorde cromático” (HELLER, 2013, p.18).

A cor predominante em salas de conciliação é o branco, que é interpretada por Heller (2013) como a cor da ausência de sentimentos e do desconhecido. “Cores e ornamentos são agora expressão de vitalidade e sagacidade” (HELLER, 2013, p.168).

3.1.2. O Sentido Palato-olfativo

O homem moderno tende a negligenciar o sentido do olfato, o que é lamentável, segundo Tuan (2012), pois o nariz humano é um órgão incrivelmente eficiente para farejar informações. Okamoto (2014) afirma que o olfato é um sentido atento à nossa segurança e os cheiros atraem, repelem, excitam, causam ojeriza, ou repulsa nas pessoas e ainda que o olfato afeta o humor, memória e habilidade de resolver problemas. Segundo Pallasmaa (2011) a memória mais persistente de um espaço é seu cheiro. O olfato evoca recordações muito mais profundas que a visão ou a audição (HALL, 2005). O odor tem o poder de evocar as lembranças vividas, carregadas emocionalmente, de eventos e cenas passadas (TUAN, 2012).

Schmid (2005) cita, em seu trabalho, algumas experiências realizadas, que poderiam ser adotadas nas salas de conciliação. São experiências nas quais se injeta no sistema de condicionamento de ar, fragrâncias que proporcionem ideais distintos de conforto nas pessoas de acordo com o ambiente e sugere que os interiores de arquitetura poderiam ser planejados de modo a conter referências olfativas que despertassem este sentido nas pessoas.

3.1.3. O Sentido Térmico

“O ser humano é um organismo bem equipado para enviar e receber mensagens quanto a seu estado emocional por meio de mudanças na temperatura da pele em várias partes do corpo” (HALL, 2005). O estado emocional faz aumentar o calor térmico da pele e a pessoa fica ruborizada ou a emoção forte aumenta o calor do corpo. (OKAMOTO, 2014).

Não se sabe por que o próprio calor da pessoa não incomoda, e o de um estranho perturba. As pessoas parecem reagir de modo negativo a um padrão de calor que não lhes seja familiar (HALL, 2005). Até o cérebro é mais ativo e trabalha melhor em temperaturas mais frias do que quentes (OKAMOTO, 2014).

Schmid (2005) chama a atenção para o “termo tédio”, que pode ser definido como uma reação causada pela temperatura uniforme de um condicionador de ar.

3.1.4. O Sentido Tátil

O tato fornece aos seres humanos uma grande quantidade de informações sobre o mundo (TUAN, 2012). “Poderíamos considerar o tato como o sentido inconsciente da visão. Nossos olhos acariciam superfícies, curvas e bordas distantes; é a sensação tátil inconsciente que determina se uma experiência é prazerosa ou desagradável” (PALLASMAA, 2011, p.40). A boa arquitetura oferece formas e superfícies moldadas para o toque prazeroso dos olhos” (PALLASMAA, 2011, p.42).

O tato é o sentido da proximidade, intimidade e afeição. Durante experiências emocionais muito intensas, tendemos a barrar o sentido distanciador da visão. Os estímulos sensoriais parecem sair dos sentidos mais refinados para os mais arcaicos, descendo da visão para a audição, o tato e o olfato (PALLASMAA, 2011).

“A harmonia, a suavidade ou a agressividade do meio ambiente reflete sobre nosso sistema háptico, sobre nossa sensibilidade. [...] Possuímos, de forma altamente desenvolvida, o sentido de preservação da nossa integridade física” (OKAMOTO, 2014, p.96).

3.1.5. O Sentido Auditivo

O som incorpora, a audição cria uma experiência de interioridade, cria um sentido de conexão e solidariedade (PALLASMAA, 2011).

Os sons desejáveis, quando usados conscientemente, geralmente limitam-se à utilização de “música ambiente”, mas é necessário, segundo Emery & Rheingantz (2001) ensinar os arquitetos a “falarem” em suas obras, contribuindo para a criação de um meio ambiente sensorialmente rico e estimulante.

Os efeitos negativos do ruído, som indesejável, podem ser atenuados quando é possível controlá-lo; isto é o que nos leva a compreender que, muitas vezes, é o “ruído dos outros que nos incomoda: não podemos exercer qualquer controle sobre ele” (Fischer, 1994, p.104). Por outro lado, a “mudez” da arquitetura, se levada ao extremo, a ausência de estímulos externos pode conduzir ao autismo “fenômeno patológico caracterizado pelo desligamento da realidade exterior e criação mental de um mundo autônomo” (EMERY & RHEINGANTZ, 2001).

Emery & Rheingantz (2001) aconselham que se ouça o som da Natureza e sugerem a previsão de soluções e materiais que interajam com agentes da natureza, valorizando a sonoridade e até mesmo o uso dos recursos utilizados pelos profissionais da área áudio-visual, produzindo construções nas quais sons e imagens, bem como as demais sensações, possam somar-se em um ambiente diverso e estimulante, propício à interação do homem com o mundo e seus semelhantes.

3.2. O Sentido Espacial (Sentido Cinestésico e Vestibular)

“No espaço entre as coisas é que nos movimentamos, atuamos, vivemos [...]o espaço vazio tem o sentido do nada, mas para o corpo, o espaço entre as coisas, tem um sentido particular de máxima importância” (OKAMOTO, 2014, p.104).

O espaço mínimo em torno dos objetos ou para o uso de equipamentos para realizar as atividades necessárias de maneira descontraída, fluente e confortável é denominado espaço cinestésico. A não previsão de espaço cinestésico ao se projetar e dimensionar o espaço em torno dos objetos e dos equipamentos pode ocasionar restrições aos movimentos dos indivíduos, tornando-os cansativos e desgastantes (OKAMOTO, 2014).

Assim, “achamos muito importante criar um certo “vaguear livre”, não conduzir, mas seduzir, o deixar andar, o vaguear. Por vezes, este saber assemelha-se um pouco a uma encenação” (ZUMTHOR, 2011, p.44).

3.3. Sentido Proxêmico – Privado, Pessoal, Social e Público

A Proxêmica, termo criado por Hall (2005), descreve o espaço pessoal de indivíduos num meio social. O espaço pessoal serve para manter o distanciamento correto entre os indivíduos. Nele os estranhos não devem entrar. Pesquisas demonstram que, caso este distanciamento seja diminuído demasiadamente, podem surgir reações adversas: comportamentos agressivos, defensivos, distanciação, retirada, etc” (FISCHER, 1994).

Ao estado psicológico criado pela situação de se encontrar num ambiente com um número de pessoas demasiado elevado em relação à satisfação ou ao conforto esperado, Fischer (1994) nomeia “Amontoamento”, definindo-o como uma sensação negativa que exprime o fato do indivíduo não dominar os elementos do ambiente em que se encontra e de estar em situação de dependência em relação às características físicas e sociais do espaço. “O espaço torna-se, então, ameaçador, dado que provoca uma reação subjetiva de não controle e de insegurança” (FISCHER, 1994, p. 101).

Essa experiência será tanto mais intensa, persistente e difícil de resolver quanto mais as condições se aproximarem de uma interferência tomada como pessoal e o local for importante para aquela pessoa e tem importantes implicações na medida em que diferencia, por exemplo, a experiência de aglomeração no lar, entre os membros de uma família da experiência de aglomeração pública (PINHEIRO & ELIALI, 2011), como é o caso em estudo.

O processo regulador das fronteiras interpessoais é um fenômeno que tem um caráter dinâmico e corresponde à contínua mudança nas forças sociais de aproximação e afastamento, pressupondo um referencial de equilíbrio momentâneo ideal entre as tendências a “ficar isolado” e “tornar-se acessível aos outros” (PINHEIRO & ELIALI, 2011). Pallasmaa (2011) afirma que os arquitetos têm se enganado nas proporções das grandes aberturas das edificações modernas, pois dessa forma, perde-se o senso de vida íntima e somos forçados a vidas públicas.

Quando o equilíbrio de privacidade não se estabiliza no nível de contato social desejado, dá-se a violação da intimidade do indivíduo ou do grupo ou, no extremo oposto, seu isolamento (PINHEIRO & ELIALI, 2011). “Na presença de outros, os pensamentos recuam devido ao fato de que outras pessoas projetam seus próprios mundos na mesma área” (TUAN, 2013, p.67). “A privacidade constitui [...] um recurso para o indivíduo refletir sobre a sua interação com os demais e ponderar sobre contatos futuros” (PINHEIRO & ELIALI, 2011, p.154).

3.4. Sentido do Pensamento (Abdução e compleição)

Utilizamos o princípio de abdução para entender coisas novas e inusitadas. No interior de cada lugar, a organização de conjunto, a natureza e a distribuição dos objetos intervêm no uso dos espaços e conferem-lhes um sentido. O ordenamento dos lugares reveste, deste ponto de vista, uma primeira ordem de significados suficientemente explícitos e consistentes que ditam um certo tipo de comportamento; este deverá adaptar-se lhes, bem como ao seu valor simbólico (OKAMOTO, 2011). “O significado dos lugares resulta também dos valores criados pela sociedade, o que nos leva a sublinhar a importância da carga cultural presente nas organizações sociais” (FISCHER, 1994, p. 196).

De acordo com Branco (2013), a arquitetura constitui um componente essencial da justiça, é a partir do simbolismo da sua arquitetura que a justiça estabelece uma determinada distância, umas vezes reduzida, outras vezes acentuada, em relação aos cidadãos. Assim, os espaços onde se pratica os atos judiciais para Branco, (2013) são espaços importantes e estruturantes da sociedade. Se por um lado tem-se a dimensão material, como o espaço físico, por outro, tem-se, na justiça, a difusão de representações acumuladas no sistema simbólico ordenador de como as sociedades se veem, procedem e se julgam.

Através do nosso sentido de compleição (ou lei dos opostos), na observação da realidade, temos a tendência de ver sempre com a dualidade do pensamento. “Estamos acostumados a pensar em opostos [...] “Valoriza-se o som pelo silêncio, o dinâmico pelo estático, o negativo pelo positivo, o vazio pelo cheio, as pessoas pelos objetos” (OKAMOTO, 2014, p.140).

3.5. Sentido da Linguagem – Linguagem não verbal (Linguagem corporal)

Todo edifício está permanentemente enviando “mensagens” – visuais, acústicas, térmicas, etc – que podem ser recebidas por um de nossos sentidos e “decodificadas” de acordo com a experiência pessoal do observador. Todos os edifícios são “portadores de significado no sentido semântico (BROADBENT, 2013). O espaço age à maneira de uma linguagem silenciosa (HALL, 1973). Esta linguagem do espaço é o resultado do que as pessoas pensam que ele é, ou do que elas constroem mentalmente para o fazer falar de acordo com a imagem que dele têm (FISCHER, 1994).

Não existe espaço vazio ou neutro do ponto de vista psicológico: todo espaço veicula significados que dependem tanto do conjunto arquitetônico como do contexto social e o “vazio” do espaço recorda-nos a imagem de uma falta: falta de amor, falta de presença (FISCHER, 1994).

3.6. Sentido do prazer – princípio afetivo

“Além de ver o sujeito por intermédio de suas características físicas, é preciso vê-lo também como pessoa psicológica, nas suas várias dimensões, mediante as quais ele estabelece um contato com a realidade ambiental ou social” (OKAMOTO, 2014, p.162). O sujeito psicológico, segundo Dolle (1993) em sua totalidade, é constituído principalmente dos seguintes aspectos: fisiológico, afetivo, cognitivo e social.

Pode-se afirmar que a interação das pessoas com o sistema judicial é associada, quase sempre, a questões delicadas, de tensão, de fragilidade emocional, de vulnerabilidades pessoais, de ameaças de perda de afeto, de abandono, de sentimento de culpa (BRANCO, 2013) por essa razão, o cuidado que se deve ter com as referidas instalações.

4. ALGUMAS CONCLUSÕES

O estudo realizado acerca dos sentidos perceptivos do corpo humano permite algumas conclusões. Primeiramente compreende-se que o sentido do espaço está no interior de quem o vivencia e esta não é uma realidade rígida, válida para todos. Mas muitas características dos espaços apresentam efeitos similares nos usuários. O aprofundamento do estudo do espaço pode contribuir para afastar a arbitrariedade das decisões projetuais.

Pode-se verificar o grau de satisfação ou de rejeição do usuário em relação ao espaço criado, quando o ambiente já tiver certo tempo de uso. “Uma Avaliação Pós-Ocupação fornece o *feed-back* necessário para detectar os problemas existentes ou os acertos alcançados: é uma ferramenta útil para alimentar novos projetos” (COSTI, 2002, p. 137).

Porém, através da revisão bibliográfica feita, depreende-se que alguns atributos espaciais podem ser apontados como mais acertados para a aplicação em ambientes de conciliação:

- Ambientes menos iluminados são mais indicados para os espaços de conciliação pois favorecem ao cérebro o pensar com clareza, a atenção e deixam mais ativos o sentido da audição;
- É válido lançar mão de recursos artificiais para provocar os sentidos: o uso de fragrâncias, audiovisuais, condicionamento ambiental, o vaguear livre ;
- Deve-se aproveitar melhor os recursos naturais para ventilação pois a temperatura uniforme do ar condicionado pode provocar o “termo tédio”;
- É aconselhável a utilização de diferentes texturas e cores para ativar os sentidos. E também, para evitar o sentido de “vazio”, deve-se fazer uso de cores de forma planejada, pois nenhuma cor está sozinha, está sempre cercada por outras;

- Deve-se diminuir os ruídos indesejados, porém, sem provocar o desligamento com os sons da realidade exterior;

- Devem ser previstos ambientes separados visual, auditiva e socialmente, pois os participantes das conciliações, ao resolver conflitos pessoais em meio a uma grande quantidade de pessoas próximas, como acontece nos Mutirões não têm condições psicológicas de usar a atenção e a memória de forma efetiva e assim, a tomada de decisões pode ficar comprometida pela situação em que se encontra a pessoa, a privacidade privilegia a reflexão;

- Acertadamente, as mesas redondas usadas nas conciliações, transmitem simbolicamente uma ideia de equidade dos cidadãos, na medida em que se sentam lado a lado para igual e conjuntamente resolverem as próprias controvérsias, com a ajuda de um terceiro facilitando assim a comunicação e mantendo a paz no ambiente;

- Devem ser previstos espaços mais generosos, para que se mantenham os espaços pessoais dos participantes das atividades e permitam a liberdade de movimentos evitando o sentido de Amontoamento, porém que não sejam tão grandes, para não provocar a sensação de vazio;

- Utilização de aberturas inteligentes, que não tirem a privacidade, mas também não privem a visão da natureza;

Segundo Schmid (2005), na verdade, o conforto somente virá quando a pessoa voltar para casa, com missão cumprida. O conforto é um ideal da casa, a casa de cada um e somente nela se encontra conforto pleno. Mas essa constatação não significa que os ambientes de fora da casa não devam ter algum conforto, são importantes demais para serem ignorados, complexos demais para serem deixados de lado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, André Gomma (org); **Manual de Mediação Judicial**. Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Brasília: CNJ, 2015.

BITTENCOURT, Samantha Nahon. **Arquitetura Strictu Sensu Versus Justiça Latosensu: A contribuição da arquitetura para o realizar justiça no Brasil**. Salvador:2013; disponível em <<http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/1872/1/E2019.pdf>> acesso em 20/10/2015.

BRANCO, Eliana Patricia. **Arquitetura Judiciária e acesso ao direito e à justiça – o estudo de caso dos tribunais de família e menores em Portugal**. In: Sociologia do(s) Espaço (s) da Justiça: Diálogos interdisciplinares. Patrícia Branco (org.) Coimbra: Edições Almedina, S.A. 2013.

BROADBENT, Geoffrey, **Um guia pessoal e descomplicado da teoria dos signos na arquitetura**; In: Uma nova agenda para a arquitetura: Antologia teórica 1965-1995; Kate Nesbitt (org). São Paulo: Cosac Naify, 2ª ed.rev.,2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. A conciliação é a melhor alternativa para o Judiciário, diz ministro do STJ; Notícias 27/11/2015; disponível < <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81052>> acesso em 30/11/2015.

_____; Indicadores. 2016 <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/gestao-e-planejamento-do-judiciario/indicadores/486-gestao-planejamento-e-pesquisa/indicadores/13659-03-taxa-de-congestionamento>, acesso em 04/07/2016.

COSTI, Marilice. A influência da luz e da cor em corredores e salas de espera hospitalares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Projeto do lugar**: colaboração ente psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2002.

DOLLE, Jean Marie. Para além de Freud e Piaget. Petrópolis: Vozes, 1993.

EMERY, O.; RHEINGANTZ, P.A. Saber ouvir a arquitetura (o ouvido do arquiteto). Anais do III Encontro Nacional e I Encontro Latino-americano de Conforto do Ambiente Construído. Porto Alegre: ANTAC, 1995, p. 737 – 741.

FISCHER, Gustave-N. **Psicologia Social do Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

HALL, Edward T. **A dimensão oculta**. Tradução Waldéia Barcelos – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HELLER, Eva. **A psicologia das cores**: como as cores afetam a emoção e a razão. São Paulo: Gustavo Gilli, 2013.

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e Comportamento**: Visão Holística da Percepção Ambiental na Arquitetura e na Comunicação. São Paulo: Editora Mackenzie, 2ª ed., 2014.

ORNSTEIN, Sheila et al. **Ambiente construído e comportamento**. São Paulo: Studio Nobel, Fupam, 1995.

PAGLIUCA, José Carlos Gobbis. **O impedimento à Vitimização Secundária pela Polícia e justiça**. Revista eletrônica Universo Jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 2007. Disponível em http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/3485/o_impedimento_a_vitimizacao_secundaria_pela_policia_e_justica, acesso em agosto/2013.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele**: a arquitetura e os sentidos. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PATTERSON, Cláudia. **A importância da Arquitetura Judiciária na efetividade da justiça**. Conferência proferida no 4º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, em março/2004 disponível em <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/596/776>, acesso em 20/11/2014.

PINHEIRO, José Q.; ELIALI, Gleice Azambuja. Comportamento socioespacial humano. In: **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Org.: Sylvia Cavalcante e Gleice A. Eliali. Petrópolis: Vozes, 2011.

SCHMID, A. **A ideia de conforto: reflexões sobre o ambiente construído**. Curitiba, Pacto Ambiental, 2005.

SILVA, Helga Santos; SANTOS, Mauro César de Oliveira. **O significado do conforto no ambiente residencial**. Cadernos ProArq18. Rio de Janeiro:UFRJ, 2012;

TEDESCHI, Enrico. **Teoria de la arquitectura**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1978.

TONELLO, Graciela. **Efectos visuales de la luz**. Luminotecnia. Tucumán, n.4, p. 01-06, 1998.

TUAN, Yi Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Londrina: Edel, 2013.

ZUMTHOR, Peter. **Atmosferas**: entornos arquitetônicos: as coisas que me rodeiam, Barcelona: Gustavo Gilli Editora, 2006.